



CONCURSO PÚBLICO

014. PROVA OBJETIVA

PROCURADOR JURÍDICO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____ Inscrição _____ Prédio _____ Sala _____ Carteira _____

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

01. Ao tratar do Poder Constituinte, a doutrina estabelece que

- (A) é aquele que torna a norma formalmente constitucional, estabelece sua limitação, versa apenas sobre normas essenciais à estruturação do Estado, sua organização e funcionamento e direitos fundamentais.
- (B) se destina a registrar um dado estágio das relações de poder no Estado, e seu objetivo é disciplinar a realidade fática num determinado período, retratando o arranjo das forças sociais que estruturam esse Poder Constituinte.
- (C) se forma a partir do lento evoluir da sociedade, dos seus costumes e, em razão desse lento processo de sedimentação dos valores, o Poder Constituinte se funda em várias ideologias.
- (D) é um processo rigoroso, mais solene, mais dificultoso de elaboração e reforma das constituições, até para que seja considerado formalmente constitucional, não importando de que matéria venha a tratar.
- (E) há distinção entre o titular do Poder Constituinte, que é necessariamente o povo, daquele que o exerce em nome do povo, elaborando e reformando constituições.

02. Sobre a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC), é correto afirmar que

- (A) o Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações declaratórias de constitucionalidade e em todos os processos de competência do Superior Tribunal de Justiça.
- (B) quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a constitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.
- (C) sua decisão de mérito será dotada de eficácia contra todos, efeitos retroativos e força vinculante aos demais órgãos do poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- (D) as decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações declaratórias de constitucionalidade, produzirão eficácia contra todos, sem efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário.
- (E) declarada a constitucionalidade de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em quinze dias.

03. As ações constitucionais, também conhecidas por construção doutrinária como remédios constitucionais, fazem parte do grupo das garantias constitucionais e são:

- (A) o mandado de segurança, o mandado de injunção, o *habeas data*, o *habeas corpus*, a ação civil pública e a ação declaratória de inconstitucionalidade por omissão.
- (B) o mandado de segurança, o *habeas data*, a ação popular, o *habeas corpus*, a ação civil pública e a ação direta de inconstitucionalidade interventiva.
- (C) o mandado de segurança, o mandado de injunção, a ação popular, o *habeas corpus*, a ação civil pública e a ação direta de inconstitucionalidade interventiva.
- (D) o mandado de segurança, o mandado de injunção, o *habeas data*, a ação popular, o *habeas corpus* e a ação civil pública.
- (E) o mandado de segurança, o mandado de injunção, o *habeas data*, a ação popular, o *habeas corpus* e a arguição de descumprimento de preceito fundamental.

04. Ao tratar da organização do Estado, a Constituição Federal determina que

- (A) a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- (B) a criação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei federal, dentro do período determinado por lei ordinária federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados sessenta dias antes da consulta.
- (C) a criação, a incorporação e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar estadual, e dependerão de consulta às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação do plano de política urbana, apresentado e publicado nos seis meses anteriores à proposição.
- (D) a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei federal, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão do referendo das populações dos Municípios envolvidos, após divulgação do plano de política urbana, apresentado e publicado na forma da lei.
- (E) a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por decreto estadual, dentro do período determinado por lei complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação do plano de política urbana, apresentado e publicado noventa dias antes do plebiscito.

05. A Constituição Federal ao tratar “Das Comissões” do Poder Legislativo decidiu que, em razão da matéria de sua competência, cabe a elas
- (A) elaborar o regimento comum e regular a criação de serviços comuns às duas Casas.
 - (B) receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas.
 - (C) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.
 - (D) conhecer do veto e sobre ele deliberar, além de aprovar o projeto de lei de diretrizes orçamentárias.
 - (E) estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
06. Ao dispor sobre o “Processo Legislativo” a Constituição Federal determina que
- (A) a proposta de emenda à Constituição será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, ao menos dois quintos dos votos dos respectivos membros.
 - (B) a Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
 - (C) a Constituição poderá ser emendada mediante proposta de metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.
 - (D) a matéria constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada poderá ser objeto de nova proposta, por mais uma vez, na mesma sessão legislativa.
 - (E) a Constituição poderá ser emendada mediante proposta do Presidente da República, do Vice-Presidente e do Presidente do Senado Federal.
07. Estão entre os Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, nos termos da Constituição Federal,
- (A) que nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado depois da naturalização, ou de comprovado envolvimento em organização criminosa, na forma da lei.
 - (B) a livre locomoção no território nacional, em qualquer tempo, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair, mas deixando os bens adquiridos.
 - (C) que as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, não se exigindo, em qualquer caso, o trânsito em julgado.
 - (D) que no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, a título de pagamento pelo tempo de utilização.
 - (E) a concessão de *habeas data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
08. A Constituição Federal ao disciplinar a Comunicação Social assegura que
- (A) pelo menos sessenta por cento do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de quinze anos, que poderão exercer a gestão das atividades e estabelecer o conteúdo da programação.
 - (B) compete à lei estadual regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao poder público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre adequada.
 - (C) a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos em qualquer meio de comunicação social.
 - (D) a propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País.
 - (E) a propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias não estará sujeita a restrições legais, mas poderão conter, quando necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso.

09. No que diz respeito à Política Agrícola, a Constituição Federal estabelece que

- (A) a alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.
- (B) os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de quinze anos.
- (C) a lei regulará ou limitará a aquisição e o arrendamento de propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira e estabelecerá os casos que dependerão de autorização das Assembleias Legislativas.
- (D) o título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem preferencialmente, ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em resolução específica.
- (E) aquele que, mesmo sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por três anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a trinta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.

10. Assinale a alternativa que reproduz texto de súmula do Supremo Tribunal Federal.

- (A) Cabe *habeas corpus* originário para o Tribunal Pleno de decisão de Turma, ou do Plenário, proferida em *habeas corpus*.
- (B) São da competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento, em cada esfera.
- (C) Cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar.
- (D) Para efeito de aposentadoria especial de professores, não se computa o tempo de serviço prestado fora da sala de aula.
- (E) A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados depende da autorização destes.

11. Suponha que João, servidor público, estava conduzindo durante o horário de expediente veículo oficial quando colidiu, culposamente, com o carro de Maria. Com o objetivo de receber indenização pelos prejuízos suportados, Maria ajuizou ação em face do Município, na qual lhe é reconhecido o direito ao recebimento de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), correspondente à quantia gasta com o conserto do automóvel. Considerando que o ato praticado por João não está tipificado como crime ou improbidade administrativa, assinale a alternativa correta.

- (A) A pretensão de ressarcimento do Município em face de João prescreve em 5 (cinco) anos.
- (B) A pretensão de ressarcimento do Município em face de João prescreve em 3 (três) anos.
- (C) A pretensão de ressarcimento do Município em face de João é imprescritível.
- (D) A pretensão de ressarcimento do Município em face de João prescreve em 10 (dez) anos.
- (E) O Município não dispõe de pretensão de ressarcimento em face de João.

12. A respeito da concessão de serviço público, assinale a alternativa correta.

- (A) Na concessão comum de serviço público, em regra, o poder concedente é responsável pelo pagamento de contrapartida pecuniária em favor do parceiro privado.
- (B) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).
- (C) Na concessão, a prestação de serviço público é delegada a parceiro privado que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.
- (D) No contrato de parceria público-privada, as obrigações pecuniárias da Administração Pública deverão ser garantidas por meio de vinculação de receitas.
- (E) As concessões e permissões de serviços público deverão ser precedidas de licitação, a ser realizada sob a modalidade concorrência ou tomada de preço.

13. A respeito do Pregão, assinale a alternativa correta.

- (A) O prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso de licitação, não será inferior a 15 (quinze) dias úteis.
- (B) Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço ou técnica e preço.
- (C) Como condição para a participação da licitação, é permitida a exigência de garantia da proposta pelos licitantes.
- (D) Em respeito ao princípio da moralidade, é vedada a realização de negociação entre o pregoeiro e o proponente para se obter menor preço.
- (E) O Pregão poderá ser utilizado para a aquisição de bens e serviços comuns, independentemente do valor do objeto da contratação.

14. Suponha que determinado setor administrativo, segundo lei de organização administrativa local, é competente pela edição de atos de caráter normativo e pela decisão de recursos administrativos. O servidor responsável pelo órgão, com o objetivo de otimizar a atuação do setor, pretende delegar a outro órgão administrativo parte ou todas as funções indicadas. Considerando o disposto na Lei nº 9.784/99, é correto afirmar que
- (A) as competências descritas podem ser objeto de delegação a órgão subordinado.
 - (B) as competências descritas não podem ser objeto de delegação.
 - (C) apenas a competência para a decisão de recursos administrativos pode ser delegada.
 - (D) apenas a competência para a edição de atos de caráter normativo pode ser delegada.
 - (E) as competências descritas apenas podem ser delegadas caso haja concordância expressa do órgão delegatário.
15. Suponha que lei autoriza a criação de pessoa jurídica de direito privado para integrar a Administração Pública Indireta, que deverá ter o seu capital integralizado exclusivamente por entidades componentes da Administração e poderá funcionar sob qualquer espécie societária. Considerando a situação hipotética, é correto afirmar que a lei autorizou a criação de uma
- (A) autarquia.
 - (B) fundação pública de direito privado.
 - (C) sociedade de economia mista.
 - (D) empresa pública.
 - (E) sociedade de propósito específico.
16. A respeito do regime constitucional de aposentadoria dos servidores públicos civis, assinale a alternativa correta.
- (A) Os servidores aposentados por invalidez permanente, independentemente da causa, receberão proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
 - (B) Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria.
 - (C) É permitida, em regra, a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime próprio de previdência.
 - (D) A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.
 - (E) Fica vinculado ao regime próprio de previdência o servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
17. A respeito do processo administrativo disciplinar, assinale a alternativa correta.
- (A) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende o princípio da ampla defesa.
 - (B) As instâncias administrativa e penal são independentes entre si, salvo quando reconhecida a inexistência do fato ou a negativa de autoria na esfera criminal.
 - (C) Não é possível a utilização de prova emprestada no processo administrativo disciplinar, mesmo que autorizada na esfera criminal.
 - (D) É vedada a instauração de processo administrativo com base em denúncia anônima.
 - (E) O excesso de prazo para conclusão do processo administrativo disciplinar conduz à sua nulidade automática.
18. A respeito da desapropriação, assinale a alternativa correta.
- (A) A aquisição de imóvel por desapropriação é derivada, ficando o Poder Público responsável pelos débitos relativos ao bem.
 - (B) Os bens da União, sem a sua concordância, poderão ser desapropriados por Estados e Municípios.
 - (C) A declaração de utilidade pública far-se-á por decreto do Presidente da República, Governador, Interventor ou Prefeito.
 - (D) Ao Poder Judiciário é permitido, no processo de desapropriação, decidir se se verificam ou não os casos de utilidade pública.
 - (E) A revelia do desapropriado implica aceitação tácita da oferta, autorizando a dispensa da avaliação.
19. Uma autarquia pretende alugar imóvel com o objetivo de instalar base de pesquisa na área de neurociência. Segundo informações fornecidas pelas áreas técnicas, é importante que a base esteja localizada próximo ao Hospital Universitário da cidade, pois o sucesso do projeto depende do intercâmbio de informações e trabalhos conjuntos realizados pelas unidades. Após buscas, é identificado imóvel para locação próximo ao Hospital que atende às necessidades da Administração e possui preço compatível com o valor de mercado. Diante da situação hipotética, é correto afirmar que a autarquia
- (A) pode locar o imóvel e celebrar a contratação direta, por ser dispensável a licitação.
 - (B) deve desapropriar o imóvel, por ser a aquisição do bem, por disposição legal, preferencial à locação.
 - (C) deve realizar licitação para locar o bem imóvel, por ser vedada em casos similares a contratação direta.
 - (D) pode locar o imóvel e celebrar a contratação direta, por ser dispensada a licitação.
 - (E) pode locar o imóvel e celebrar a contratação direta, por ser inexigível a licitação.

20. Ato administrativo cujo conteúdo decorre da manifestação de um órgão, mas a edição ou a produção de efeitos depende de um outro ato que o aprove, é classificado como
- (A) ato simples.
 - (B) ato complexo.
 - (C) ato modificativo.
 - (D) ato eficaz.
 - (E) ato composto.

DIREITO CIVIL

21. De acordo com as disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, é correto afirmar que
- (A) se destinando a obrigação a ser executada no Brasil e dependendo de forma essencial, será esta observada, admitidas as peculiaridades da lei estrangeira quanto aos requisitos intrínsecos do ato.
 - (B) a autoridade judiciária brasileira tem competência relativa nos casos em que for o réu domiciliado no Brasil, se aqui tiver de ser cumprida a obrigação ou em ações relativas a imóveis situados no Brasil.
 - (C) a prova dos fatos ocorridos em país estrangeiro rege-se pela lei que nele vigorar, quanto ao ônus e aos meios de produzir-se, admitindo os tribunais brasileiros provas que a lei brasileira desconheça, desde que lhe seja oferecida comprovação do texto legal que as instituiu e de sua vigência.
 - (D) a sucessão por morte ou por ausência obedece à lei do país que seja mais favorável aos filhos e cônjuges.
 - (E) a lei do domicílio do legatário regula a capacidade para suceder.
22. Assinale a alternativa correta quanto aos direitos de personalidade.
- (A) A vida privada da pessoa natural é inviolável, salvo para pessoas notórias que continuamente exponham publicamente atos pessoais.
 - (B) É absolutamente defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física.
 - (C) Com a morte, cessam-se os direitos de personalidade.
 - (D) O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.
 - (E) É válida e irrevogável, com objetivo científico ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

23. Com relação à prescrição, à luz das disposições constantes do Código Civil, é correto afirmar que
- (A) não corre a prescrição contra os ausentes do País em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios.
 - (B) a prescrição iniciada contra uma pessoa é suspensa contra o seu sucessor.
 - (C) suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, aproveitam os outros se a obrigação for divisível.
 - (D) não corre a prescrição pendendo condição resolutiva.
 - (E) quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença proferida por órgão colegiado.
24. Assinale a alternativa que está de acordo com as previsões do Código Civil sobre formação de contratos.
- (A) Pode revogar-se a oferta pública pela mesma via de sua divulgação, ainda que não haja previsão a respeito na oferta realizada.
 - (B) Reputar-se-á celebrado o contrato no local de domicílio do aceitante.
 - (C) A aceitação fora do prazo, com adições, restrições, ou modificações, importará nova proposta.
 - (D) Se o proponente se houver comprometido a esperar resposta, os contratos entre ausentes tornam-se perfeitos desde que a aceitação à proposta é expedida.
 - (E) Considera-se inexistente a aceitação, se depois dela chegar ao proponente a retratação do aceitante.
25. Em se tratando de contratos de compra e venda, a cláusula que impõe ao comprador a obrigação de oferecer ao vendedor a coisa que aquele vai vender, ou dar em pagamento, para que este use de seu direito de prelação na compra, tanto por tanto, é a cláusula de
- (A) venda a contento.
 - (B) retrovenda.
 - (C) preempção.
 - (D) venda sujeita a prova.
 - (E) venda com reserva de domínio.

26. Extingue-se a servidão, ficando ao dono do prédio serviente a faculdade de fazê-la cancelar, mediante a prova da extinção

- (A) pela reunião dos dois prédios no domínio da mesma pessoa; pela supressão das respectivas obras por efeito de contrato, ou de outro título expresso; ou pelo não uso, durante dez anos contínuos.
- (B) pela remoção da servidão, de um local para outro, pelo dono do prédio serviente sem diminuir a vantagem para o prédio dominante; pela supressão das respectivas obras por efeito de contrato, ou de outro título expresso; ou pelo não uso, durante dez anos contínuos.
- (C) pela constituição de hipoteca do prédio dominante; pela reunião dos dois prédios no domínio da mesma pessoa; pela supressão das respectivas obras por efeito de contrato, ou de outro título expresso.
- (D) pela constituição de hipoteca do prédio dominante; pela supressão das respectivas obras por efeito de contrato, ou de outro título expresso; ou pelo não uso, durante cinco anos contínuos.
- (E) pela reunião dos dois prédios no domínio da mesma pessoa; pela remoção da servidão, de um local para outro, pelo dono do prédio serviente sem diminuir a vantagem para o prédio dominante; ou pelo não uso, durante cinco anos contínuos.

27. Assinale a alternativa correta no que tange à duração do penhor rural.

- (A) O penhor agrícola somente pode ser convencionado pelo prazo máximo de quatro anos, prorrogáveis, uma só vez, até o limite de igual tempo.
- (B) O penhor rural somente pode ser convencionado pelo prazo máximo de três anos, prorrogáveis, uma só vez, até o limite de igual tempo.
- (C) O penhor agrícola e o penhor pecuário somente podem ser convencionados, respectivamente, pelos prazos máximos de três e quatro anos.
- (D) O penhor agrícola e o penhor pecuário não podem ser convencionados por prazos superiores aos das obrigações garantidas, e a garantia permanece enquanto subsistirem os bens que a constituem, embora vencidos os prazos.
- (E) O penhor rural somente poderá ser convencionado por prazos equivalentes aos das obrigações garantidas, extinguindo-se a garantia quando vencidos os prazos.

28. O direito de preferência de que trata a Lei nº 8.245/91 não alcança:

- (A) a perda da propriedade ou venda por decisão judicial, ou imóveis com pluralidade de locatários.
- (B) a integralização de capital, cisão, fusão e incorporação.
- (C) a permuta, doação ou venda de mais de uma unidade imobiliária.
- (D) os imóveis com pluralidade de locatários ou venda de mais de uma unidade imobiliária.
- (E) a integralização de capital, permuta, ou imóveis sublocados em sua totalidade.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

29. Assinale a alternativa que apresenta os tipos de procedimentos dispostos atualmente no atual Código de Processo Civil.

- (A) Comum e especial.
- (B) Ordinário e sumário.
- (C) Ordinário, sumário e sumaríssimo.
- (D) Comum e especial, sendo que o comum subdivide-se em ordinário e sumário.
- (E) Comum, especial e recursal.

30. Assinale a alternativa que trata corretamente sobre a nulidade no processo civil brasileiro.

- (A) A parte arguirá a nulidade da intimação em capítulo preliminar do próprio ato que lhe caiba praticar, o qual será tido por intempestivo se o vício for reconhecido.
- (B) Sob pena de nulidade, é dispensável que da publicação constem os nomes das partes ou de seus advogados, ou o respectivo número de inscrição destes na Ordem dos Advogados do Brasil.
- (C) Não sendo possível a prática imediata do ato diante da necessidade de acesso prévio aos autos, a parte limitar-se-á a arguir a nulidade da intimação, caso em que o prazo será contado da data da prolação da decisão que a reconheça.
- (D) A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preempção.
- (E) Quando puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade, o juiz não a pronunciará nem mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta.

- 31.** Sobre a audiência de instrução e julgamento, é correto afirmar que
- (A) é una e contínua, podendo ser excepcional e justificadamente cindida na ausência de perito ou de testemunha, independentemente da concordância das partes.
 - (B) na impossibilidade de realização da instrução, do debate e do julgamento no mesmo dia, o juiz marcará seu prosseguimento para a data mais próxima possível, em pauta comum.
 - (C) encerrado o debate ou oferecidas as razões finais, o juiz proferirá sentença em audiência ou no prazo de 10 (dez) dias.
 - (D) a audiência não poderá ser integralmente gravada em imagem e em áudio, em meio digital ou analógico.
 - (E) a gravação da audiência pode ser realizada diretamente por qualquer das partes, independentemente de autorização judicial.
- 32.** Sobre a distribuição diversa do ônus da prova que pode ocorrer por convenção das partes, assinale a alternativa correta.
- (A) A convenção não poderá ser celebrada antes do processo.
 - (B) Não poderá ocorrer quando tornar excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito.
 - (C) Poderá ocorrer inclusive quando recair sobre direito indisponível da parte.
 - (D) A convenção somente poderá ser celebrada durante o processo.
 - (E) Não poderá ocorrer quando recair sobre direito disponível da parte.
- 33.** Cessa a eficácia da tutela cautelar concedida em caráter antecedente, se
- (A) o autor deduzir o pedido principal no prazo legal.
 - (B) for efetivada dentro de 30 (trinta) dias.
 - (C) o juiz extinguir o processo sem resolução de mérito.
 - (D) o juiz julgar procedente o pedido principal formulado pelo autor.
 - (E) não for efetivada dentro de 10 (dez) dias.
- 34.** Sobre as medidas de contracautela, conforme disposição no CPC, é correto afirmar que
- (A) não será exigida para a concessão de tutela de urgência.
 - (B) poderá ser por caução real ou fidejussória.
 - (C) não será dispensada quando o demandante for hipossuficiente econômico.
 - (D) é destinada a acautelar apenas o chamado *fumus boni iuris*.
 - (E) visa ressarcir os danos que a parte solicitante da tutela possa vir a sofrer.
- 35.** Conforme previsão no Código de Processo Civil, sobre a coisa julgada, pode-se afirmar que
- (A) a sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não prejudicando terceiros.
 - (B) os motivos da sentença fazem coisa julgada.
 - (C) a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença, faz coisa julgada.
 - (D) se denomina coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito sujeita a recurso.
 - (E) a decisão que julgar total ou parcialmente o mérito não tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida.
- 36.** Os mandados de segurança, os habeas data e os mandados de injunção decididos em única instância pelos tribunais superiores, quando denegatória a decisão, serão julgados em
- (A) recurso ordinário pelo Superior Tribunal de Justiça.
 - (B) recurso especial pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (C) recurso extraordinário pelo Superior Tribunal de Justiça.
 - (D) recurso ordinário pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (E) recurso especial pelo Superior Tribunal de Justiça.

37. A Lei Complementar nº 101/2000 adota a seguinte definição para operações de crédito:

- (A) compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.
- (B) compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, aval e aceite de título, aquisição financiada de bens, consórcios e recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços.
- (C) compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, aquisição financiada de bens, emissão de debêntures, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, sem o uso de derivativos financeiros.
- (D) compromisso financeiro assumido em razão de emissão e aceite de título no mercado nacional e internacional, aval, aquisição financiada de bens, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.
- (E) compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título no mercado nacional, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, sem o uso de derivativos financeiros.

38. Assinale a alternativa correta no que se refere a fundos especiais.

- (A) A aplicação das receitas orçamentárias vinculadas a fundos especiais far-se-á exclusivamente através de dotação consignada na Lei de Orçamento.
- (B) Constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação.
- (C) O saldo positivo do fundo especial apurado em balanço não poderá ser transferido para o exercício seguinte, devendo ser creditado na conta de Receitas Correntes.
- (D) A lei que instituir fundo especial poderá determinar normas peculiares de controle minudente de prestação e tomada de contas, podendo elidir a competência específica do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.
- (E) São fundos especiais os créditos da Fazenda Pública de natureza não tributária exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento, inscritos, na forma da legislação própria, como Dívida Ativa, em registro próprio, após apurada a sua liquidez e certeza.

39. Sobre os créditos adicionais, assinale a alternativa correta.

- (A) Os créditos adicionais suplementares e especiais serão autorizados por decreto executivo.
- (B) Os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário, quanto aos suplementares.
- (C) A abertura de créditos extraordinários depende da existência de *superavit* financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.
- (D) São créditos adicionais extraordinários os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- (E) São créditos adicionais as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

DIREITO PENAL E LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

40. No que concerne ao peculato, é correto afirmar que, se o funcionário público concorre culposamente para o crime de outrem,

- (A) fica sujeito a pena de detenção.
- (B) fica sujeito a pena de reclusão e multa.
- (C) a reparação do dano ocorrida depois do trânsito em julgado de sentença condenatória não tem qualquer consequência penal.
- (D) a reparação do dano ocorrida antes do trânsito em julgado de sentença condenatória reduz de metade a pena imposta.
- (E) a conduta é considerada atípica, por não haver expressa previsão legal para punição por crime culposos.

41. Nos termos do art. 27 da Lei nº 1.079/50, nos processos por crime de responsabilidade do Presidente da República, a sessão de julgamento será aberta pelo
- (A) Presidente do Congresso Nacional.
 - (B) Presidente do Senado Federal.
 - (C) Presidente da Câmara dos Deputados.
 - (D) Presidente do Supremo Tribunal Federal.
 - (E) Procurador Geral da República.
42. O recebimento da denúncia, no processo de cassação do mandato do Prefeito pela Câmara dos vereadores, nos exatos termos do art. 5º, II, do DL nº 201/67, será decidido pelo voto
- (A) da maioria dos presentes.
 - (B) de, no mínimo, 3/5 (três quintos) dos presentes.
 - (C) da unanimidade dos presentes.
 - (D) de, no mínimo, metade mais 1 (um) do número total de vereadores, independentemente de estarem presentes ou não.
 - (E) de, no mínimo, 3/5 (três quintos) do número total de vereadores, independentemente de estarem presentes ou não.
43. No que concerne ao processo e julgamento dos crimes previstos na Lei nº 8.666/93 (arts. 100 a 108), é correto afirmar que
- (A) a sentença absolutória de primeiro grau fica sujeita a reexame necessário (parágrafo único, art. 107).
 - (B) a sentença condenatória de primeiro grau não admite apelação, uma vez que a Lei prevê recurso específico para atacar tal decisão (art. 107).
 - (C) a ação penal é pública incondicionada e não se admite ação penal privada subsidiária da pública (art. 101).
 - (D) quando em documentos de que conhecerem os magistrados verificarem a existência dos crimes definidos na referida Lei, requisitarão a instauração de inquérito policial para cabal apuração dos fatos (art. 102).
 - (E) quando qualquer do povo narrar verbalmente ao Ministério Público a ocorrência de crime definido na referida Lei, tal declaração será tomada por escrito e assinada pelo declarante e 2 (duas) testemunhas (parágrafo único, art. 101).
44. Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, a empregada gestante
- (A) deve ser afastada de qualquer atividade considerada insalubre.
 - (B) pode trabalhar em atividade considerada insalubre no grau médio ou mínimo.
 - (C) pode trabalhar em atividade considerada insalubre apenas no grau mínimo.
 - (D) tem direito de escolher entre continuar desempenhando as funções em condição insalubre ou não.
 - (E) não pode trabalhar em atividade considerada perigosa.
45. Determinada empresa pública contratou empregado para exercer as funções de auxiliar administrativo, na data de 05/10/2015, sem a realização de concurso público. Nessa situação, considerando a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, é correto afirmar que
- (A) o empregado terá assegurado todos os direitos trabalhistas, tendo em vista o princípio da primazia da realidade.
 - (B) o contrato de trabalho será anulável e, por esse motivo, o referido empregado terá direito a todas as verbas trabalhistas.
 - (C) o contrato de trabalho será nulo de pleno direito, assegurando-se ao empregado apenas o salário pactuado, enquanto perdurar a prestação laboral.
 - (D) o empregado terá direito apenas aos salários, férias anuais remuneradas e gratificações natalinas.
 - (E) o empregado terá direito aos valores referentes aos depósitos do fundo de garantia do tempo de serviço.

46. Determinada fundação pública estadual, que explora atividade econômica, foi intimada de sentença condenatória trabalhista, na qual se verifica flagrante violação ao entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho. Nesse caso, a mencionada reclamada poderá interpor
- (A) recurso ordinário, no prazo de 8 (oito) dias úteis, estando dispensada do recolhimento de custas e depósito recursal.
 - (B) recurso ordinário, no prazo de 8 (oito) dias corridos, devendo promover o recolhimento de custas e depósito recursal.
 - (C) embargos de divergência, no prazo de 8 (oito) dias úteis, devendo promover o recolhimento de custas e depósito recursal.
 - (D) recurso ordinário, no prazo de 8 (oito) dias úteis, devendo promover o recolhimento de custas e depósito recursal.
 - (E) embargos de divergência, no prazo de 8 (oito) dias úteis, estando dispensada do recolhimento de custas e depósito recursal.
47. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar
- (A) as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os órgãos da administração pública direta e indireta, independentemente do regime jurídico de seus servidores.
 - (B) os mandados de segurança e os *habeas corpus*, quando o ato questionado envolver crimes contra a organização do trabalho.
 - (C) as ações que envolvem o exercício do direito de greve.
 - (D) as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, desde que o autor ostente a condição de trabalhador.
 - (E) os conflitos de competência entre os juízes do trabalho e os juízes de direito.
48. A respeito do regime de servidores públicos disciplinado na Lei Orgânica Municipal de Adamantina (LOM), assinale a alternativa correta.
- (A) A cessão de servidores públicos entre os órgãos da Administração Indireta somente será deferida, em regra, com ônus para o cedente.
 - (B) As vantagens de qualquer natureza só poderão ser instituídas por lei e quando atendam efetivamente ao interesse público e às exigências do serviço.
 - (C) A LOM veda a concessão de adicional por tempo de serviço a servidor municipal.
 - (D) O Chefe de Órgão poderá autorizar a cessão sem ônus para o cessionário, em caráter excepcional, diante de solicitação fundamentada dos órgãos e entidades interessadas.
 - (E) Os regimes e planos de carreira para os servidores da Administração direta, autárquica e fundacional serão instituídos por Lei Ordinária.
49. Com base na Lei Complementar nº 274/2017, é correto afirmar que os empregos em Comissão de Reitor e Vice-Reitor são de nomeação
- (A) do Conselho Universitário, escolhidos dentre os professores doutores concursados.
 - (B) do Presidente da Câmara, escolhidos dentre profissionais com a habilitação universitária idônea.
 - (C) do Prefeito do Município, escolhidos em lista tríplice elaborada pelo Conselho Universitário.
 - (D) do atual Reitor, dentre os Coordenadores de Cursos de Graduação.
 - (E) do Prefeito Municipal, escolhidos dentre os professores doutores concursados com, no mínimo, 3 (três) anos de docência na Instituição.
50. Com base na Lei Complementar nº 14/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira do Magistério de Ensino Superior do Município de Adamantina, assinale a alternativa correta.
- (A) É vedada a adoção do regime de hora-aula.
 - (B) O afastamento do docente para participar de aperfeiçoamento em instituição nacional ou estrangeira ocorrerá com prejuízo dos adicionais por tempo de serviço.
 - (C) É facultado ao membro do Magistério Superior assumir, superintender e fiscalizar o processo de docência e extensão no âmbito de determinadas disciplinas.
 - (D) Ao membro do Magistério Superior é permitido exercer atividades político-partidárias dentro da Instituição.
 - (E) Todo professor, independentemente do nível de carreira em que se enquadra, é o único responsável por ministrar a disciplina que lhe foi confiada.

